

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO COM LINHA DE FORMAÇÃO EM COMÉRCIO EXTERIOR DA UEPG SOBRE CIDADANIA: ENTENDIMENTOS E RELAÇÕES

Taciana Cordazzo¹

RESUMO

O estudo visa de forma preliminar a investigação sobre a representação social pela qual os alunos do curso de Administração percebem, enunciam e se relacionam com o conceito de cidadania no embate com o caráter por vezes inibidor, por vezes estimulador, das formações profissionais. O eixo analítico central é aquele consubstanciado pelas Representações Sociais apoiado na teoria de Moscovici e pelo conceito de cidadania na concepção e elementos utilizados por José Murilo de Carvalho. Entende-se a partir disso que a cidadania é acima de tudo, uma instituição em desenvolvimento permanente, devendo seu aprofundamento distinguir os direitos oferecidos pelo Estado aos cidadãos da própria concepção que tais cidadãos possuem de cidadania. O objetivo do estudo é investigar inicialmente a significação elaborada pelos discentes sobre a perspectiva de Cidadania no contexto da formação profissional. O estudo configura-se como qualitativo com procedimento metodológico exploratório, os procedimentos técnicos adotados foram pesquisa bibliográfica, estudo de caso, com coleta de dados por meio de questionário, aprovado pelo comitê da ética da Instituição. Entendeu-se que a falta de conhecimentos no âmbito histórico, cultural, social e político dificulta que o sujeito venha a contribuir efetivamente para uma sociedade melhor e também para uma qualidade de vida desejável. Aponta-se uma lacuna entre "o que deve ser" e o que de "fato é" na formação profissional, quando percebe-se um número elevado de alunos que ainda não possuem conhecimento sobre o conceito amplo de cidadania, embora afirmem que a Universidade deva contribuir para a formação cidadã.

Palavras-chave: Representações Sociais, Cidadania, Currículo, Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

O estudo visa preliminarmente investigar, com o apoio da Teoria das Representações Sociais, a forma pela qual os alunos do curso de Administração Comércio Exterior percebem, enunciam e se relacionam com a noção de cidadania no embate com o caráter por vezes inibidor, por vezes estimulador, das formações profissionais.

No artigo presente, o eixo analítico central é aquele consubstanciado pelas Representações Sociais elaboradas pelos diversos atores individuais e coletivos, sendo entendido por MOSCOVICI 2003, como Representações Sociais um sistema de valores, noções e práticas ligado a um conjunto de relações sociais e processos simbólicos que instaura a possibilidade de orientação dos indivíduos no mundo social. Para cumprir o objetivo do estudo pretende-se articular as Representações Sociais que os alunos

¹ Professora do departamento de Administração da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG),
tacianauepg@hotmail.com

demonstram sobre a concepção de Cidadania através do conceito e elementos utilizados por CARVALHO 2002. Entende-se a que a cidadania é acima de tudo, uma instituição em desenvolvimento permanente, devendo seu aprofundamento distinguir os direitos oferecidos pelo Estado aos cidadãos da própria concepção que tais cidadãos possuem de cidadania.

Portanto o conceito de Cidadania que se pretende aplicar para a construção do trabalho, é apontado como o mais próximo da Constituição Federal Brasileira de 1988, com as indicações e características de T. H. Marshall e aplicadas por CARVALHO, 2002, porém entende-se que existem outros modelos, críticos ou complementares a este. A partir das associações entre representações sociais e cidadania, prosseguiremos no estudo utilizando como coleta de dados um questionário aplicado aos alunos formandos pois tiveram em seu trajeto de formação a totalidade de disciplinas apresentadas no curso. Posteriormente, a análise dos dados e interpretação baseada na análise de conteúdo.

Objetivos

Geral: o objetivo do estudo é investigar inicialmente a significação elaborada pelos discentes sobre a perspectiva de Cidadania no contexto da formação profissional.

Específicos: apresentar o conceito e trajeto de cidadania no Brasil articulando as representações sociais dos alunos do curso de Administração com linha de formação em comércio Exterior com este conceito; verificar o grau de envolvimento dos alunos com a sociedade no sentido de formular ou participar de políticas públicas; e sugerir, se for o caso, inclusões/alterações curriculares.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa aplicada com a finalidade de gerar resultados na área de ensino de Administração. O estudo caracteriza-se por utilizar teoria de apoio na área de Representações Sociais e conceito de Cidadania. Configura-se como qualitativo com procedimento metodológico exploratório. Os procedimentos técnicos adotados foram pesquisa bibliográfica, coleta de dados por meio de questionário com 10 (dez) perguntas mistas e aprovado em comitê de ética da UEPG e interpretação dos dados com análise de conteúdo, configurando um estudo de caso simples, YIN, 2001. A metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos. A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As

operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas.

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma CHIZZOTTI (2006, p.98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

DESENVOLVIMENTO

Conceito de Cidadania

O conceito de cidadania pode variar conforme o ponto de vista de diversos autores e seus contextos políticos. Neste trabalho o conceito adotado foi o do T. H. Marshall, reforçado no Brasil por alguns autores como José Murilo de Carvalho. Antes de expor as ideias sobre o conceito, cabe destacar que a cidadania em âmbito brasileiro tem seu foco na promulgação da Constituição Federal de 1988, apelidada de Constituição cidadã.

Sem a pretensão de desenvolver análise definitiva, o texto tem como objetivo apresentar uma perspectiva concisa sobre a participação do povo brasileiro em um Estado com singularidades marcantes em relação à cidadania, resgatando os passos de Carvalho 2002. Compreender a articulação entre o pensamento social e político é um dos caminhos para esclarecer o debate teórico contemporâneo sobre a sociedade. Em particular, estudar a história da sociedade e da política brasileira (influências e formação) até o conhecimento do cenário atual deve importar elementos naturalmente relevantes para estudos analíticos de cidadania e políticas públicas.

No caso do Brasil, de acordo com CARVALHO 2002, certo consenso historiográfico costuma dividir sua história política em uma primeira fase colonial claramente determinada, uma segunda fase independente, que se desenvolveria a partir da proclamação da autonomia política (regências), e uma fase dita "nacional", de contornos menos reconhecíveis, mas que se estenderia da Revolução de 1930 até nossos dias. Assim como na obra de CARVALHO 2002, o estudo utilizará a divisão histórica própria da sua literatura, como segue:

Começando a viagem

A cidadania é entendida aqui como conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Direitos este de liberdade, de propriedade, de participação política, de voto, acesso à saúde, à justiça, a salário digno, à participação das riquezas de uma nação.

De acordo com BOTELHO e SCHWARCZ 2012, cidadania também é a identidade social. Nesta volta ao passado, mais especificamente ao cenário da “descoberta” do Brasil pelos portugueses encontram-se duas situações, a primeira que demonstra fortes interesses econômicos por parte de Portugal, e a segunda mostra os índios como população original do Brasil. Elementos portugueses misturam-se com indígenas formando características de uma língua própria e mais tarde agregada ainda aos africanos que viriam como escravos; misturando religiões, crenças, língua, culturas: o período colonial. A cultura predominante é a da cana-de-açúcar e extrativismo.

Diferentemente dos africanos vindos ao Brasil, os indígenas não conheciam o trabalho escravo. Ainda viviam como se vivia no período paleolítico, com ausência de comércio. Produziam para seu consumo e não para estocagem ou trocas. Sua cultura apresentava a música (com habilidades em desenvolver instrumentos de sopro e percussão), a dança, a bela pintura no corpo com rituais próprios de cada etnia.

As diversas afrontas à cultura indígena, levaram as tribos brasileiras ao abandono de suas tradições e até mesmo ao suicídio, sem falar na discriminação: "Não é possível que em um país de vocação democrática como o nosso, tão pluri-étnico, não assuma sua diversidade e continue a olhar com desprezo o índio", em 2003 condenou o presidente da FUNAI, Eduardo Aguiar de Almeida, no Portal da Agência Brasil.

Primeiros passos (1822- 1930)

Por muito tempo (Sec XVII) a população do Brasil era analfabeta e escrava. Portanto não era comum a possibilidade de existência do sentimento de Estado ou de direitos (em 1922 apenas 24% da população sabia ler ou escrever). No Império, a independência que foi negociada política e economicamente entre Portugal, Brasil e Inglaterra, continuava com ares de monarquia escravagista. A escravidão foi o fator mais negativo de toda a história da construção da cidadania, existindo em todas as classes. “Em nenhum país a escravidão foi tão doce quanto no Brasil”, diziam aqueles que pertenciam à elite, obviamente sobre a perspectiva da ²“Casa Grande” e não da Senzala.

1- Um dos maiores clássicos da Sociologia brasileira, e um dos grandes livros dessa ciência em nível mundial, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre em sua primeira edição 1933 é uma obra surpreendente e esclarecedora sobre a formação do povo brasileiro, e foi importantíssima para consagrar a importância do indígena- e principalmente do negro- no desenvolvimento racial e cultural do Brasil, que é um dos mais complexos do mundo.

Além disso, o extermínio do povo indígena marcava mais um capítulo terrível no passado. O povo não tinha direitos, não havia escolas. É interessante observar um trecho do capítulo “Bacharelo-me” da obra Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, que retrata o caráter muitas vezes superficial e altamente elitista da Educação Superior durante o Brasil Império: “E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra” para doutorar-me!

Os direitos políticos foram os primeiros a surgirem, mas poucos votavam, pois seria concedido o voto a partir da análise da renda e poder do eleitor. Sobre a possibilidade do cidadão votar, permitimo-nos dar um salto aos dias atuais e destacamos um fato que aconteceu no município de Ponta Grossa- PR, em vésperas de eleições presidenciais de 2014: rumores que posteriormente tornaram-se propostas escritas, vindas de um grupo de pessoas que fazem parte da ACIPG (Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa), discutiram e logo fizeram propostas no sentido de que “em termos de eleições seria mais viável que todos os que recebem auxílio do governo federal” como bolsa família, por exemplo, ficassem fora do processo eleitoral, para justificar maior isenção nas urnas, como consta no ESTADÃO, de 10 setembro de 2014. Sem julgamentos, o ciclo reaparece, ressurgindo como uma condenação.

A República, 1889, foi marcada pela regência dos coronéis. O comando era das elites locais, aliadas ao poder político. Época da economia café com leite, chamado assim pela alternância do poder político entre Minas Gerais (produtores de leite) e São Paulo (produtores de café).

Apesar da abolição (formal) da escravatura, e embora notável, ela foi incompleta, como cita brilhantemente Gilberto Freyre em sua obra Casa Grande e Senzala, a despeito de críticas e polêmicas em torno da “suavização” da escravidão em seus relatos. Segundo ele a Casa Grande, completada pela Senzala, representava todo um sistema econômico, social, político, religioso e sexual. Os escravos retornam às fazendas após a abolição para oferecer seu trabalho, pois não encontraram nem terras, nem escolas, nem trabalho fora delas. Muitos formavam as “favelas” em cidades maiores, libertos à sua própria sorte.

No contexto político de 1922 houve a criação de partidos políticos, mas os poucos que votavam eram sujeitos a eleições fraudulentas, portanto a participação popular continuava mínima. Assim, mesmo existindo o direito político (limitado) não existia o direito civil. As ³resistências isoladas não tinham tanta força: balaiada, cabanagem, canudos. As revoltas sempre

³ Após a [abdicação de dom Pedro I](#), o governo foi exercido por regentes eleitos entre os membros do Congresso, uma vez que o sucessor, Pedro de Alcântara, futuro dom Pedro II, ainda tinha 5 anos de idade. Nesse período eclodiram revoltas que provocaram forte reação do governo, com medidas como a criação da Guarda Nacional e a aprovação do Código de Processo Penal e de atos destinados a ampliar a autonomia das províncias. Os regentes

violentas não resultavam em grandes conquistas, mas era uma forma legítima de alerta à situação de caos. Aqui cabe outro destaque, naquela época o governo entendia a greve de funcionários como questão de polícia.

Marcha acelerada (1930 – 1964)

Este ano foi um divisor de águas no país, 1930. A partir daí a urbanização e industrialização mudam o cenário das cidades. Também houve a queda da bolsa de Nova Iorque. No Brasil entre 1930 e 1964 foi um período de alternância entre governos democráticos e ditadores. Agora, a aceleração nas mudanças sociais e políticas eram notáveis. Acontecimentos como voto feminino em 1933, a criação da CLT em 1943 e Getúlio Vargas preside o Golpe militar. Em 1945 inicia-se a primeira experiência de uma democracia no país, a época do nacionalismo. Agora no cenário dos direitos avançam os direitos sociais.

Passo atrás, passo adiante (1964 – 1985)

De 1964 a 1985 houve a restrição dos direitos civis e políticos por meio da violência. Assume o governo os militares, e aplicam os Atos Institucionais (AI) para legitimar esta violência. O medo do comunismo pela ⁴população era frequentemente utilizado pelos militares ou elites oligárquicas para justificar a ditadura. Os piores atos foram: AI2 proibindo eleições e AI5 censura total, torturas e prisões. E com as mulheres era diferente. “Havia uma voracidade do torturador sobre o corpo da torturada”, afirma a psicóloga Maria Auxiliadora Arantes, cuja ⁵tese de doutorado sobre tortura no Brasil será publicada. “O corpo nu da mulher desencadeia reações no torturador, que quer fazer desse corpo um objeto de prazer.”

A Ordem dos Advogados do Brasil chegou a pedir, em 2008, a revisão da Lei da Anistia, que perdoava todos os “crimes políticos” e beneficiava também torturadores, mas teve o pedido negado pela Justiça.

representavam a elite agrária brasileira e identificavam-se com as tendências políticas conservadoras, defensoras da centralização do poder, em oposição aos liberais adeptos do federalismo, sistema de governo em que se permite a autonomia dos estados, compartilhando o poder.

⁴ Na polarização política que vem ganhando força no país – e, talvez, no mundo – alguns velhos bordões anticomunistas reaparecem como que vindos direto do período da Guerra Fria. Ou da década de 1930. Ou quem sabe de antes. E com isso, importantes perguntas tornam a emergir: o anticomunismo é uma característica exclusiva dos discursos “de direita”? Continuam sendo alimentados – e propagados – mais por um imaginário aterrorizante do que por referenciais teóricos e práticas ou ameaças reais? Que ações de exceção estes discursos legitimam? Samways, 2018

⁵ Arantes, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Tese: Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano. PUC-SP, out. 2011.

Em 1966 surge o bipartidarismo (ARENA e MDB). Nesta época os direitos sociais foram mantidos com a criação do INPS, FUNRURAL, FGTS e BNH. A impressão era a de que a classe média trocava os direitos civis e políticos pelo crescimento econômico (milagre econômico).

De outro lado o clima entre militares era instável, uns seguiam a ideologia de sua real função e outros lutavam pelo poder, então em 1974, Geisel promove a abertura gradual para a democracia. Cai em 1979 o bipartidarismo, e em 1982 eleições para governador.

A cidadania após a redemocratização (1985 – adiante)

A Constituição de 1988 torna possível o pensamento democrático. A redemocratização em 1989 permite eleições para presidente, porém continuam os problemas sociais como desemprego e desigualdades.

Surge o MST. O candidato a presidência Fernando Collor de Melo surge com a promessa de combater a corrupção amplamente utilizada pela mídia, e vence Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, candidato de esquerda nas urnas. O irmão denuncia Collor pelo esquema de corrupção, e ocorre o “impeachment” pelo voto direto. Lula vence a próxima eleição com participação de aliados. Pela primeira vez na redemocratização um grupo de esquerda assume o poder. Retomam força os direitos sociais e civis.

A lógica aplicada no Brasil quanto à construção da cidadania foi inversa. Nesta pirâmide invertida os direitos civis e políticos não se consolidaram preliminarmente como na Europa, por exemplo. Aqui os direitos sociais deram lugar a liberdade e ao pensamento político.

Ainda hoje a cidadania encontra-se em construção, em uma encruzilhada, em busca da redução das desigualdades, onde cada cidadão tenha acesso à educação, justiça, saúde. Por isso, como já mencionado, ao ler o texto exposto possivelmente pode-se imaginar que estas questões não estão apenas no passado, e sim parte do presente.

Desta forma pode-se perceber que a cidadania constitui-se em direitos civis, (direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei), políticos (se referem à participação do cidadão no governo da sociedade, e sociais (direitos que garantem a participação na riqueza coletiva), incluem os direitos à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Para Carvalho (2001): no esforço da sociedade para a reconstrução da democracia no Brasil, após a ditadura militar, a palavra cidadania não só caiu na boca do povo, mas o substituiu na retórica política. "Cidadania virou gente". Mas o autor alerta que "o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido.

Com uma concepção de cidadania já delimitada e intimamente ligada à educação, uma das questões que se propõe o estudo é pesquisar qual a representação que o aluno possui durante sua formação profissional enquanto cidadão que atua diretamente em empresas públicas ou privadas. Então o conceito de representação social será o de Moscovici.

Teoria das Representações Sociais

A teoria das representações sociais apresenta-se como um novo movimento teórico-metodológico, na década de 1960, Moscovici, apresenta sua obra *La psychanalyse: son image et son public*, onde iniciou os estudos de representações através da psicanálise. Nesta fase surgem questões investigativas decorrentes de seu estudo: como o homem constrói a realidade, e como o conhecimento científico é tratado e utilizado pelo homem comum. Como estas ocorrências eram apropriadas e através dos processos de comunicação eram transformadas em representações sociais, ou seja no deslocamento do universo reificado para o universo consensual. Apresenta sua tese de que, pelo menos no caso específico da Psicanálise, o fenômeno da absorção da ciência pelo senso comum, através da comunicação e da linguagem, não é, como se crê, uma vulgarização das partes de uma disciplina, mas sim a formação de um outro tipo de conhecimento, adaptado a outras necessidades e obedecendo a outros critérios, num determinado contexto. Assim, ele teoriza uma inversão no processo de formação do senso comum, quebrando a "linearidade evolutiva" da construção social do conhecimento, anteriormente verificada, mostrando que, hoje, o senso comum situa-se num nível de aprendizagem posterior ao da formalização científica. Esta inversão ocorre na medida em que a socialização do conhecimento implica a reelaboração das representações de um grupo social específico e restrito — o dos que produzem a ciência — por grupos sociais diversos, em âmbitos sociais mais amplos (ARRUDA, 2002).

Difere entretanto da psicologia social que é centrada nos processos psicológicos e não nos sociais, ou ainda dissociados do contexto histórico, enquanto a teoria da representações sociais este fator é relevante (ANTUNES e CORDAZZO 2016).

A representação social pode ser entendida como um conjunto de proposições e explicações da vida cotidiana durante a comunicação interindividual, poderia ainda ser comparada na sociedade contemporânea aos mitos e crenças nas sociedades tradicionais, ou uma versão moderna do senso comum. Propõe tornar familiar o não-familiar. O primeiro passo foi dado por Piaget ao estudar a representação do mundo da criança. Para o autor, Moscovici (2013), existe necessidade contínua de re-construir o —senso-comum. Se as representações

coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças para nós são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados, estes fenômenos estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar (um modo que cria tanto a realidade como o senso comum), desta forma usando o termo social em vez de coletivo. Interessa discutir o lugar que as representações sociais ocupam em uma sociedade pensante: antes uma esfera sagrada e uma esfera profana. Agora em universos consensuais (visível, humano) e reificados (sistemas de entidades sólidas, desiguais). No universo consensual a sociedade é vista como um grupo de pessoas livres e iguais com possibilidade de falar em nome do grupo.

Moscovici evolui o conceito de representações sociais propondo inclusive que a ideia de realidade social é tanto física quanto imaginária. O que significa que os sujeitos representam os fatos de acordo com as circunstâncias contextuais e cotidianas, e que existem como parte de uma rede social que criam individual ou coletivamente representações para suas expressões e ações.

Sendo exposto o conceito de representações sociais, a pesquisa pretende demonstrar quais seriam tais representações para os formandos do curso de Administração com linha de formação em Comércio Exterior em relação ao seu papel enquanto cidadão durante o percurso da formação. Como estas representações influenciam a vida egressa dos futuros profissionais, a partir deste universo de conteúdos disciplinares em conjunto com sua prática profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo aponta reflexões sobre a formação profissional atual, como por exemplo, se a formação cidadã discutida durante a esta formação é suficiente para enfrentar dilemas sociais, formulação de propostas que ajudem a resolver problemas ou formação crítica. Então o viés aplicado para a interpretação das respostas obtidas através do questionário aplicado é que a falta de conhecimentos no âmbito histórico, cultural, social e político dificulta que o sujeito venha a contribuir efetivamente para uma sociedade melhor e também para uma qualidade de vida desejável. Aponta-se uma lacuna entre "o que deve ser" e o que de "fato é" na formação profissional, quando percebemos um número elevado de respostas ao questionário aplicado afirmando que a Universidade deve contribuir para a formação cidadã, porém esta formação ainda não é suficiente no curso. O que nos leva a crer que parte do entendimento dos alunos sobre a cidadania vem de fatores alheios do ambiente acadêmico, o qual é construído através de vivências anteriores.

A direção das respostas de um modo geral, tende aparentar que o mais importante é a carga horária aplicada nas técnicas empresariais, quando os apontamentos indicam que a Administração está ligada à Política nas questões inerentes à influência para o mercado e não à formação cidadã ou às políticas públicas.

A própria concepção de cidadania varia muito entre as respostas, aparecendo como sinônimo de responsabilidade social, direitos e deveres e solidariedade. Quando perguntados sobre porque eu sou um cidadão? as respostas apontam na maioria para o tema de respeito aos deveres. Os entendimentos sobre o assunto se deslocam para uma proximidade do conceito de cidadania utilizado no trabalho quando apontam respostas afirmativas sobre as relações do administrador com a sociedade mas se afastam do conceito quando apontam na grande maioria que não sabem com clareza o que significa política pública. Muitos não conhecem a política institucional da Universidade, a realidade de seu curso, de seu campo de trabalho e de questões históricas brasileiras. Esse desconhecimento da sociedade na qual o profissional irá atuar se torna mais crítico ao levarmos em consideração que o curso de Administração com linha de formação Comércio Exterior, sendo qualificado como uma Ciência Social, tem como função formar profissionais que voltarão seus esforços ao desenvolvimento e melhoria da sociedade no qual está inserido. Notamos que as respostas vão em caminhos opostos a esse entendimento após serem questionados sobre o perfil do profissional bem-sucedido, onde as respostas tendem em sua maioria para ganhos econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma parece que vimos uma encruzilhada, os alunos estão no “meio do caminho” para uma concepção cidadã, e o projeto do curso pode influenciar positivamente esta formação através da operacionalização dos conceitos por meio das diversas disciplinas do curso e suas práticas educacionais, atendendo as novas necessidades dos cursos de graduação através dos eixos voltados à formação humanística:

A Resolução UNIV 11/2017, da UEPG (anexo2) destaca:

“...os currículos de graduação deverão contemplar disciplinas que resguardem dimensão social da inclusão de pessoas com necessidades especiais, das relações étnico-raciais, dos afrodescendentes, da prevenção ao uso indevido de drogas, da Educação Ambiental, da faixa geracional e dos direitos humanos.”
(UEPG, RES UNIV 11/ 2017)

Portanto entende-se que o curso de Administração contém elementos de formação profissional que estão ligados à sociedade e ao desenvolvimento humano, mesmo que aparentemente a inclusão ou a diversidade não tenha interferência direta em seus lucros, e ainda

que estas leis possam em última análise divulgar positivamente a imagem desta empresa. Diante de todo exposto acredita-se que os avanços legais levam às mudanças comportamentais no sentido de crescimento de uma sociedade no que se refere à construção e exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cad. Pesquisa no.117. São Paulo Nov. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007 Acesso em: 01/03/2019.

ANTUNES E CORDAZZO. **Representações sociais do Administrador e suas práticas éticas: um estudo introdutório do curso de Administração- comércio Exterior da Universidade Estadual de Ponta Grossa**. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/administrador.html>. Acesso em 12/01/2019.

BOTELHO e SCHWARCZ. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. André Botelho, Lilia Moritz Schwarcz, [organizadores]. — 1ª ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ESTADÃO. **Associação propõe suspender voto de quem recebe Bolsa Família**. Roldão Arruda. 10 de setembro de 2014 | 19h57 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/associacao-propoe-suspender-voto-de-quem-recebe-bolsa-familia/> Acesso em 10/07/2019.

FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência**. Cadernos de pesquisa, v.34 n 121, p. 169-186. 2004. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, Rosana Córdova. **Representação social e formação da consciência crítica no curso de graduação em administração da EA-UFRGS**. Dissertação de mestrado: Porto Alegre 2009.

MOSCOVICI, Serge. **O fenômeno das representações sociais**. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petropolis: Vozes, 2013.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista**. Café História, 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/anticomunismo/>. Acesso em 07/05/2019.

UEPG. **Resolução Univ. 11/2017**. Disponível em www.uepg.br. Acesso em 09/05/2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **Organização ética: um ensaio**. Guarani é símbolo da devastação causada pelo branco à cultura indígena, diz presidente da Funai ,19/04/2003. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-04-19/guarani-e-simbolo-da-devastacao-causada-pelo-branco-cultura-indigena-diz-presidente-da-funai>. Acesso em 02/02/2019.